

“Não há passe de mágica em política fiscal”

Serra garante que o governo irá se empenhar para zerar o déficit do setor público e acelerar o crescimento das exportações

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

O ministro do Planejamento, José Serra, tem na ponta da língua os dois grandes alvos da política econômica, no próximo ano: o setor público e o externo. A vulnerabilidade das finanças públicas salta à vista nas estatísticas a partir de meados do ano passado: em outubro, o déficit público, no conceito operacional, chegou a 4,08% do Produto Interno Bruto (PIB), frente a um superávit de 1,3% no final de 1994, fundamentalmente sob pressão da ganância de estados e municípios (2,48% em outubro, frente a 0,6% em dezembro de 1994). As restrições do setor externo tornaram-se mais visíveis com o estrago que o superaquecimento do consumo produziu na balança comercial: no final de 1994, o comércio exterior ainda acumulava um respeitável déficit de US\$ 3 bilhões.

Na tarde da quarta-feira passada, pouco antes de embarcar para a Itália, onde iria passar o final de ano com a família, Serra recorria a documentos técnicos e desfiava argumentos políticos para mostrar que os problemas são graves, mas estão sendo atacados pelo governo com decisão – e dentro das condições permitidas pelo cenário político. “Podia ter sido pior”, disse ele a este jornal, ao avaliar o avanço do déficit público em 1995. Serra ressalta que o Executivo vetou R\$ 3,5 bilhões em emendas orçamentárias. “Foi a primeira vez que se fez isso na história recente do País”. Além disso, por meio do artifício de contingenciamento, segurou despesas, ao longo do ano, no valor de R\$ 10 bilhões.

Até novembro, a receita bruta da União havia aumentado R\$ 18,2 bilhões, em valores de setembro de 1995. Os componentes das despesas, em contrapartida, haviam engordado bem mais. A conta de pessoal e encargos, por exemplo, recebeu uma sobrecarga de R\$ 7,9 bilhões. Be-

nefícios previdenciários cresceram em R\$ 6,8 bilhões. Juros e transferências para estados e municípios aumentaram, respectivamente, R\$ 5 bilhões e R\$ 4,8 bilhões.

O peso dos juros, a carga dos salários e benefícios previdenciários dos servidores públicos explicam essa deterioração. “Não foi nenhum resultado de uma administração pródiga das contas públicas”, destaca. “Foi principalmente uma herança do ano eleitoral de 1994, de reajustes salariais generosos concedidos pelos estados”. Houve ainda um efeito da estabilização. “Sem inflação, os reajustes salariais viraram reais”, explica Serra.

“O presidente já disse que o BNDES vai ser o braço desenvolvimentista do governo”

A meta de zerar o déficit no ano que vem – como repete o ministro, sem trair qualquer hesitação na voz – joga para a frente algumas decisões importantes. A primeira delas, sem dúvida, diz respeito ao reajuste dos salários dos servidores federais. O ministro nega-se a revelar o que o governo pretende fazer. Mas não é preciso ter qualquer bola de cristal para adivinhar o tamanho da briga que irá comprar, caso decida simplesmente “congelar” os salários atuais.

Sobre a política de juros, que concentra as críticas mais pesadas do setor produtivo, Serra limita-se a dizer que continuará em marcha a redução gradativa já observada atualmente. Ele faz questão de explicar, contudo, que em regimes democráticos, é impossível resolver a questão fiscal com um passe de mágica. “A política fiscal sempre é difícil, árdua e exige mobilização contínua”, diz ele. Um ano eleitoral, como 1996, certamente

não ajuda a política fiscal, reconhece o ministro, embora desta vez a pressão deva se restringir apenas aos municípios.

No front externo, segundo Serra, a ação prioritária do governo daqui para a frente será no sentido de dar impulso às exportações. Afinal de contas, o crescimento modestíssimo das exportações tem funcionado como um freio às importações – e, por tabela, ao próprio crescimento. “É preciso acelerar a adoção de uma política comercial mais abrangente e baratear o Custo Brasil”, diz Serra.

Por barateamento do Custo Brasil, entenda-se não só a melhoria da infraestrutura física das exportações, a exemplo da modernização do setor portuário, como também a redução das tarifas de energia e a ampliação das linhas de crédito, principalmente via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Serra insiste ainda no aperfeiçoamento da legislação antidumping e na proteção contra práticas desleais dos concorrentes. Ele garante que essa proteção é bem mais fraca do que a existente, por exemplo, nos Estados Unidos e na Argentina.

Evitando cravar números e cifras, o ministro do Planejamento trabalha com a perspectiva, para este ano, de um superávit comercial e de um crescimento do PIB parecido com o de 1994. A sustentação do crescimento, inclusive, está bastante ligada a uma atuação mais agressiva do BNDES. “O próprio presidente já disse que o BNDES será o braço desenvolvimentista do governo”, afirma, lembrando que só em dezembro o banco concedeu empréstimos no valor de R\$ 1 bilhão.

O ministro esclarece que o BNDES terá um papel múltiplo, na indução do crescimento: da participação direta na privatização das estatais federais à indução da privatização nos estados, passando pelo financiamento de serviços públicos

à iniciativa privada, pela reestruturação industrial e pelo financiamento das exportações.

Na esteira desse crescimento moderado, viria, portanto, o combate ao desemprego – que atormentou o setor produtivo durante todo o ano passado. Nessa linha, Serra destaca, entre outras coisas, a incentivo à construção civil, via aplicação de R\$ 4 bilhões na construção de moradias e em obras de saneamento.

Para o ministro, contudo, a política de emprego não se esgota por aí. O ministro defende também uma ação específica nessa área, principalmente de treinamento de mão-de-obra. Uma boa experiência nessa direção é a reciclagem, pelo Senai, dos 20 mil trabalhadores que serão dispensados pela Rede Ferroviária Federal.

Se há uma área tranquila, onde Serra não tem medo de arriscar previsões, certamente é a da inflação. Ele lembra que, embora o orçamento federal para este ano tenha levado em conta uma inflação de 16% a 20%, é bem mais provável uma taxa inferior, no intervalo de 12% a 16%.

Na sua avaliação, porém, tão ou mais importante que esses números, é a mudança na dinâmica da inflação brasileira – que pode ser comprovada por três fatores. Em primeiro lugar, uma convergência maior dos diferentes índices de preços, que teria ocorrido com maior rapidez mais do que na Argentina. Em segundo lugar, um enfraquecimento do caráter microinercial da inflação, ou, em outras palavras, à menor rigidez no movimento dos índices – que, logo em seguida a uma alta, voltam a cair. E, por fim, a própria flexibilização no mercado de trabalho, traduzida nos acordos de jornada flexível, na criação e “banco de horas” e outras formas de adaptação ao quadro econômico. “Ao contrário do que muitos pensam, a ruptura das regras de indexação só beneficia empregos, produção e salários”.

